

# Sumário

---

|                    |   |
|--------------------|---|
| APRESENTAÇÃO ..... | 5 |
|--------------------|---|

## I. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO EXTRAJUDICIAL

RACHEL LETÍCIA CURCIO XIMENES DE LIMA ALMEIDA E LUIS FERNANDO MASSONETTO

|                                                                                                                        |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1. GENEALOGIA DA FÉ PÚBLICA: FORMAS DE VERIFICAÇÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CONFIANÇA JURÍDICA .....</b> | <b>19</b> |
| 1. O problema da incerteza e as formas pré-estatais de verificação .....                                               | 19        |
| 1.1. Da veracidade à eficácia social: o intervalo institucional .....                                                  | 19        |
| 1.2. O <i>symbolon</i> grego e as origens materiais da autenticação .....                                              | 21        |
| 1.3. As formas jurídicas da verdade: da ordália ao inquérito .....                                                     | 22        |
| 1.4. Do <i>symbolon</i> ao instrumento notarial: continuidades estruturais .....                                       | 25        |
| 2. A cristalização medieval: <i>fides publica</i> , chancelaria e monopólio da escrita...                              | 26        |
| 2.1. O conceito de investimento em forma e a economia da formalização .....                                            | 26        |
| 2.2. Da escrita monástica à chancelaria régia: a centralização da verificação .....                                    | 30        |
| 2.3. A emergência do tabelionato no contexto ibérico .....                                                             | 31        |
| 2.4. A pluralidade de autoridades legitimadoras .....                                                                  | 33        |
| 3. A formação do modelo latino: jurisdição voluntária e segurança <i>ex ante</i> .....                                 | 35        |
| 3.1. O notário como titular de jurisdição voluntária .....                                                             | 35        |
| 3.2. A fé pública como monopólio regulado de emissão de confiabilidade .....                                           | 36        |
| 3.3. O poder infraestrutural do Estado e a capilaridade notarial .....                                                 | 37        |
| 4. A bifurcação atlântica: o modelo anglo-saxão e a outra economia da confiança .....                                  | 39        |
| 4.1. Duas estratégias institucionais diante do problema da incerteza .....                                             | 39        |
| 4.2. Segurança <i>ex ante</i> versus adjudicação <i>ex post</i> .....                                                  | 40        |
| 4.3. <i>Path dependence</i> e a cristalização dos modelos .....                                                        | 41        |

|                                                                                     |                                                                                                            |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 5.                                                                                  | A transplantação ultramarina e a formação do sistema brasileiro .....                                      | 43        |
| 5.1.                                                                                | O notariado como infraestrutura da colonização .....                                                       | 43        |
| 5.2.                                                                                | A Lei de Terras de 1850 e a institucionalização do registro fundiário ...                                  | 44        |
| 5.3.                                                                                | O notariado como infraestrutura de redução de custos de transação .....                                    | 45        |
| 6.                                                                                  | A constitucionalização da fé pública no Brasil: do clientelismo à delegação meritocrática .....            | 46        |
| 6.1.                                                                                | O regime de provimento por nomeação e a longa permanência do patrimonialismo .....                         | 46        |
| 6.2.                                                                                | A Constituição de 1988 e a refundação institucional .....                                                  | 46        |
| 6.3.                                                                                | O modelo brasileiro na tradição latina .....                                                               | 47        |
| 7.                                                                                  | Considerações finais: a fé pública como tecnologia constitucional .....                                    | 47        |
| <b>CAPÍTULO 2. CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO NOTARIADO E DOS REGISTROS PÚBLICOS .....</b> |                                                                                                            | <b>51</b> |
| 1.                                                                                  | Introdução: do problema genealógico ao problema constitucional .....                                       | 51        |
| 2.                                                                                  | O notariado nas Constituições brasileiras: percurso histórico .....                                        | 53        |
| 2.1.                                                                                | A ausência constitucional no Império: o notariado como matéria administrativa .....                        | 53        |
| 2.2.                                                                                | A República Velha e a Constituição de 1891: federalismo e fragmentação .....                               | 55        |
| 2.3.                                                                                | A Era Vargas: centralização administrativa sem constitucionalização .....                                  | 57        |
| 2.4.                                                                                | O período democrático de 1946 e o regime militar: modernização legislativa sem ruptura institucional ..... | 59        |
| 2.5.                                                                                | A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88: a gênese do artigo 236 .....                                | 62        |
| 3.                                                                                  | A estrutura normativa do artigo 236 da CF/88 .....                                                         | 65        |
| 3.1.                                                                                | O <i>caput</i> : delegação pública e exercício privado – a natureza híbrida....                            | 65        |
| 3.2.                                                                                | § 1.º: lei regulamentadora e fiscalização pelo Poder Judiciário .....                                      | 67        |
| 3.3.                                                                                | § 2.º: emolumentos e a sustentabilidade econômica do modelo .....                                          | 68        |
| 3.4.                                                                                | § 3.º: concurso público e o princípio meritocrático .....                                                  | 70        |
| 4.                                                                                  | A jurisprudência constitucional e a densificação do regime .....                                           | 72        |
| 4.1.                                                                                | O STF como arquiteto institucional: decisões estruturantes.....                                            | 72        |
| 4.2.                                                                                | O CNJ e a regulação administrativa do sistema .....                                                        | 74        |

|      |                                                                                       |    |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 5.   | A constitucionalização como investimento institucional de longo prazo .....           | 77 |
| 5.1. | A forma constitucional como forma suprema de investimento em forma .....              | 77 |
| 5.2. | Constitucionalização e <i>path dependence</i> : a irreversibilidade qualificada ..... | 79 |
| 5.3. | O notariado como infraestrutura constitucional da democracia .....                    | 81 |
| 6.   | Considerações finais: da genealogia à dogmática constitucional .....                  | 83 |

|                                                                                        |                                                                                                     |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CAPÍTULO 3. ECONOMIA POLÍTICA DA FÉ PÚBLICA E FINANCIAMENTO INSTITUCIONAL .....</b> |                                                                                                     | <b>87</b>  |
| 1.                                                                                     | Introdução: o problema econômico da confiança .....                                                 | 87         |
| 1.1.                                                                                   | Segurança jurídica e forma pública .....                                                            | 88         |
| 2.                                                                                     | A fé pública na ordem econômica constitucional .....                                                | 89         |
| 3.                                                                                     | Emolumentos: natureza tributária e financiamento institucional .....                                | 93         |
| 3.1.                                                                                   | Presunções legais e eficácia probatória da forma pública .....                                      | 95         |
| 3.2.                                                                                   | Forma notarial, mercados de crédito e integração fiscal .....                                       | 97         |
| 4.                                                                                     | Eficiência, desburocratização e racionalidade institucional .....                                   | 99         |
| 5.                                                                                     | Evidência empírica: os dados contra o estereótipo .....                                             | 104        |
| 6.                                                                                     | Síntese: a fé pública como engrenagem constitucional da ordem econômica .....                       | 113        |
| <b>CAPÍTULO 4. DOGMÁTICA DA FORMA PÚBLICA E DO EXTRAJUDICIAL .....</b>                 |                                                                                                     | <b>117</b> |
| 1.                                                                                     | Introdução: da constituição à dogmática .....                                                       | 117        |
| 2.                                                                                     | A forma no direito privado brasileiro: do princípio da liberdade à exigência da forma pública ..... | 118        |
| 3.                                                                                     | A fé pública como atributo jurídico: dimensão subjetiva e dimensão objetiva ...                     | 122        |
| 4.                                                                                     | Presunções legais: a distinção entre presunção notarial e presunção registral .....                 | 125        |
| 5.                                                                                     | Publicidade registral, oponibilidade erga omnes e os princípios estruturantes do registro .....     | 127        |
| 6.                                                                                     | Tipologia funcional dos atos extrajudiciais .....                                                   | 129        |
| 7.                                                                                     | Eficácia probatória, executividade e a função preventiva do instrumento público .....               | 131        |
| 8.                                                                                     | Desjudicialização e função preventiva das serventias extrajudiciais .....                           | 134        |
| 9.                                                                                     | Considerações finais: a dogmática como mediação entre a genealogia e a economia política .....      | 141        |

**CAPÍTULO 5. NOVAS FRONTEIRAS: FUNDAMENTOS DA DESMATERIALIZAÇÃO DOCUMENTAL E FÉ PÚBLICA DIGITAL** ..... 149

Da desmaterialização dos documentos: ontologia notarial na era digital ..... 151

Do meio físico ao digital ..... 155

Criptografia e *Blockchain* ..... 158

Notariado 4.0: atuação funcional na era digital ..... 161

Registro, notariado e IA: tecnologia sob regime de fé pública ..... 163

Publicidade, privacidade e direitos fundamentais ..... 164

Transparência registral e proteção de dados pessoais ..... 167

Do dado público ao dado sensível nos sistemas de registro ..... 170

Publicidade nos sistemas registrais e sua eficiência ..... 172

Plataformas privadas, *Legaltechs* e critérios de validade jurídica ..... 174

Fragmentação tecnológica e coerência da narrativa jurídica ..... 177

Risco da privatização da verificação ..... 179

Automação, inteligência artificial e responsabilidade jurídica ..... 182

Auditabilidade, transparência e *accountability* no uso de IA ..... 184

Conclusão ..... 188

**CAPÍTULO 6. COMENTÁRIOS À JURISPRUDÊNCIA** ..... 191

1. Forma pública, presunções e coordenação social ..... 191

2. Forma pública como técnica de produção de validade ..... 192

3. Fé pública, confiança sistêmica e coordenação econômica no estado de direito ..... 195

4. Transformações tecnológicas e critérios de validade jurídica ..... 199

5. Transparência registral e proteção de dados pessoais ..... 202

6. Publicidade nos sistemas registrais e sua eficiência ..... 204

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... 211

**II. FUNDAMENTOS ADMINISTRATIVOS DO DIREITO EXTRAJUDICIAL**

WILSON LEVY E MARCELLA PUPPIO

**INTRODUÇÃO GERAL** ..... 221

**CAPÍTULO 1. O DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO: FUNÇÃO PÚBLICA, TÉCNICA JURÍDICA E INTERDISCIPLINARIDADE** ..... 223

1.1. Função Jurídica do Registro de Imóveis ..... 223

|                                                                                                                                          |                                                                |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|------------|
| 1.1.1.                                                                                                                                   | A qualificação registral como função técnico-jurídica .....    | 224        |
| 1.1.2.                                                                                                                                   | Emolumentos e remuneração dos serviços registraes .....        | 225        |
| 1.2.                                                                                                                                     | Os princípios do Registro de Imóveis .....                     | 226        |
| 1.3.                                                                                                                                     | Direito Notarial e Interdisciplinaridade .....                 | 227        |
| <b>CAPÍTULO 2. SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS, ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS .....</b>          |                                                                | <b>229</b> |
| <b>PARTE I – FUNDAMENTOS DISCIPLINARES</b>                                                                                               |                                                                |            |
| <b>CAPÍTULO 3. DIREITO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL: DELEGAÇÃO, CONTROLE, RESPONSABILIDADE E REGIME JURÍDICO.....</b> |                                                                | <b>235</b> |
| 3.1.                                                                                                                                     | Delegação de Serviço Público .....                             | 235        |
| 3.2.                                                                                                                                     | Responsabilidade Civil do Estado e do Delegatário .....        | 236        |
| 3.3.                                                                                                                                     | Improbidade Administrativa .....                               | 238        |
| 3.4.                                                                                                                                     | Regime Disciplinar .....                                       | 238        |
| 3.5.                                                                                                                                     | Controle Externo .....                                         | 239        |
| <b>CAPÍTULO 4. PODER DE POLÍCIA, CONSENSUALIDADE ADMINISTRATIVA E ATUAÇÃO PREVENTIVA DOS CARTÓRIOS .....</b>                             |                                                                | <b>243</b> |
| 4.1.                                                                                                                                     | O poder de polícia administrativa .....                        | 243        |
| 4.2.                                                                                                                                     | A consensualidade administrativa .....                         | 243        |
| 4.3.                                                                                                                                     | A desjudicialização como função preventiva .....               | 245        |
| 4.4.                                                                                                                                     | Principais institutos extrajudiciais .....                     | 245        |
| 4.4.1.                                                                                                                                   | Inventário e partilha extrajudiciais .....                     | 245        |
| 4.4.2.                                                                                                                                   | Escrituras de divórcio e separação .....                       | 246        |
| 4.4.3.                                                                                                                                   | Usucapião extrajudicial .....                                  | 246        |
| 4.4.4.                                                                                                                                   | REURB: Regularização Fundiária Urbana .....                    | 247        |
| 4.5.                                                                                                                                     | Limites da atuação preventiva .....                            | 247        |
| <b>CAPÍTULO 5. DIREITO AMBIENTAL E SEGURANÇA JURÍDICA: A FUNÇÃO REGISTRAL NA TUTELA DO MEIO AMBIENTE .....</b>                           |                                                                | <b>249</b> |
| 5.1.                                                                                                                                     | Bases normativas .....                                         | 250        |
| 5.1.1.                                                                                                                                   | Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/1973) .....               | 250        |
| 5.1.2.                                                                                                                                   | Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) .....      | 250        |
| 5.1.3.                                                                                                                                   | Código Florestal (Lei 12.651/2012) .....                       | 250        |
| 5.1.4.                                                                                                                                   | Princípio da Concentração na Matrícula (Lei 13.097/2015) ..... | 251        |

|        |                                                                           |     |
|--------|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.2.   | Princípios do direito ambiental aplicáveis ao Registro de Imóveis .....   | 251 |
| 5.2.1. | Princípio da precaução ambiental .....                                    | 251 |
| 5.2.2. | Princípio da prevenção .....                                              | 252 |
| 5.2.3. | Princípio da informação ambiental .....                                   | 252 |
| 5.2.4. | Princípio da função socioambiental da propriedade .....                   | 252 |
| 5.3.   | A publicidade registral como instrumento de transparência ecológica ..... | 253 |
| 5.4.   | Informações ecológicas na matrícula imobiliária .....                     | 253 |
| 5.4.1. | Área de Preservação Permanente (APP) .....                                | 254 |
| 5.4.2. | Reserva Legal .....                                                       | 254 |
| 5.5.   | O Cadastro Ambiental Rural .....                                          | 256 |
| 5.6.   | Áreas contaminadas .....                                                  | 257 |
| 5.7.   | Licenciamento ambiental e qualificação registral .....                    | 258 |
| 5.8.   | Responsabilidade na qualificação ambiental .....                          | 259 |

## **CAPÍTULO 6. DIREITO URBANÍSTICO, ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO E REGISTROS PÚBLICOS: BASES NORMATIVAS E INSTRUMENTOS CLÁSSICOS.....**

|         |                                                                              |     |
|---------|------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.1.    | A Constituição Federal de 1988 e a função social da propriedade urbana ..... | 262 |
| 6.2.    | O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) .....                                 | 262 |
| 6.3.    | A Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766/1979) .....                  | 264 |
| 6.4.    | A Lei de Incorporação Imobiliária (Lei 4.591/1964) .....                     | 265 |
| 6.5.    | Legislação municipal e normas das Corregedorias de Justiça .....             | 265 |
| 6.6.    | Função social da propriedade urbana e seus reflexos registrais .....         | 266 |
| 6.7.    | Princípio da especialidade objetiva: a dimensão urbanística .....            | 267 |
| 6.8.    | Princípio da concentração na matrícula .....                                 | 268 |
| 6.9.    | Limites administrativos à propriedade urbana .....                           | 269 |
| 6.10.   | Instrumentos urbanísticos registráveis .....                                 | 270 |
| 6.10.1. | Parcelamento do solo .....                                                   | 271 |
| 6.10.2. | Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) .....                             | 271 |
| 6.10.3. | Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) .....                         | 272 |
| 6.10.4. | Direito de preempção .....                                                   | 272 |
| 6.10.5. | Operações urbanas consorciadas .....                                         | 273 |
| 6.10.6. | Utilização compulsória e progressividade tributária .....                    | 273 |
| 6.11.   | Habitação de Interesse Social (HIS) e restrições registráveis .....          | 274 |
| 6.12.   | Incorporação imobiliária e registros urbanísticos .....                      | 275 |

## PARTE II – TEMAS APLICADOS E DE FRONTEIRA

|                                                                                                                              |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CAPÍTULO 7. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL (REURB): DESAFIOS ADMINISTRATIVOS, URBANÍSTICOS E REGISTRAIS .....</b> | <b>279</b> |
| 7.1. Marco normativo: a Lei 13.465/2017 e seus decretos .....                                                                | 279        |
| 7.2. Modalidades: REURB-S e REURB-E .....                                                                                    | 280        |
| 7.2.1. REURB-S: Regularização de Interesse Social .....                                                                      | 280        |
| 7.2.2. REURB-E: Regularização de Interesse Específico .....                                                                  | 280        |
| 7.3. Legitimação na REURB .....                                                                                              | 281        |
| 7.3.1. Legitimação fundiária .....                                                                                           | 281        |
| 7.3.2. Legitimação de posse .....                                                                                            | 282        |
| 7.4. O procedimento administrativo da REURB .....                                                                            | 283        |
| 7.5. Regularização fundiária rural .....                                                                                     | 286        |
| 7.6. Desafios e o papel do Registrador .....                                                                                 | 287        |
| <b>CAPÍTULO 8. LICENCIAMENTO AMBIENTAL, PARCELAMENTO DO SOLO E QUALIFICAÇÃO REGISTRAL: LIMITES E RESPONSABILIDADES .....</b> | <b>289</b> |
| 8.1. A Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979) .....                                                          | 289        |
| 8.2. A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) .....                                                          | 290        |
| 8.3. Qualificação registral e seus limites jurídicos .....                                                                   | 292        |
| 8.4. Licença ambiental, aprovação urbanística e registro imobiliário .....                                                   | 293        |
| 8.5. O papel do registrador na prevenção de loteamentos clandestinos .....                                                   | 294        |
| 8.6. Irregularidade ambiental e o Registro de Imóveis .....                                                                  | 296        |
| 8.7. Exemplos de irregularidade ambiental .....                                                                              | 297        |
| 8.7.1. Loteamentos em Áreas de Preservação Permanente (APP) .....                                                            | 297        |
| 8.7.2. Loteamentos em áreas de manancial .....                                                                               | 298        |
| 8.7.3. Loteamentos em zonas de amortecimento de unidades de conservação .....                                                | 299        |
| <b>CAPÍTULO 9. PATRIMÔNIO CULTURAL, TOMBAMENTO E REGISTROS PÚBLICOS: ÁREAS PROTEGIDAS E FUNÇÃO NOTARIAL .....</b>            | <b>301</b> |
| 9.1. Tombamento: natureza jurídica e procedimento .....                                                                      | 302        |
| 9.2. Efeitos registrários do tombamento .....                                                                                | 305        |
| 9.3. Restrição ao uso .....                                                                                                  | 306        |
| 9.4. A área de entorno .....                                                                                                 | 307        |
| 9.5. Órgãos estaduais e municipais .....                                                                                     | 307        |

|                                                                            |                                                     |            |
|----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|------------|
| 9.6.                                                                       | Responsabilidades do proprietário .....             | 308        |
| 9.7.                                                                       | A Transferência do Direito de Construir (TDC) ..... | 308        |
| 9.8.                                                                       | A função notarial em atos sobre bens tombados ..... | 309        |
| 9.9.                                                                       | O registro do patrimônio imaterial .....            | 310        |
| <b>CAPÍTULO 10. INOVAÇÃO, GOVERNANÇA URBANA E SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS:</b> |                                                     |            |
| CIDADES INTELIGENTES, DADOS E SEGURANÇA JURÍDICA.....                      |                                                     | 313        |
| 10.1.                                                                      | Sistema Eletrônico de Registros Públicos .....      | 313        |
| 10.2.                                                                      | Lei Geral de Proteção de Dados .....                | 315        |
| 10.2.1.                                                                    | A proteção de dados e o direito de certidão .....   | 316        |
| 10.2.2.                                                                    | A aplicação da LGPD nas atividades cartoriais ..... | 317        |
| 10.3.                                                                      | <i>Blockchain</i> e tokenização imobiliária .....   | 319        |
| 10.4.                                                                      | Cidades inteligentes .....                          | 322        |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                    |                                                     | <b>327</b> |

### III. FUNDAMENTOS TRIBUTÁRIOS DO DIREITO EXTRAJUDICIAL

TIAGO DE LIMA ALMEIDA

|                                                                                                                                |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                        | <b>333</b> |
| <b>CAPÍTULO 1. CONCEITO DE TRIBUTO E SUAS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS .....</b>                                                       | <b>337</b> |
| 1.1.    Conceito de tributo e sua função no Estado democrático de direito .....                                                | 337        |
| 1.2.    Das espécies tributárias .....                                                                                         | 340        |
| 1.2.1.    Impostos .....                                                                                                       | 341        |
| 1.2.2.    Taxas .....                                                                                                          | 342        |
| 1.2.3.    Contribuições de melhoria .....                                                                                      | 344        |
| 1.2.4.    Empréstimo compulsório .....                                                                                         | 346        |
| 1.2.5.    Contribuições especiais .....                                                                                        | 347        |
| <b>CAPÍTULO 2. DOS EMOLUMENTOS .....</b>                                                                                       | <b>351</b> |
| 2.1.    – Da natureza jurídica dos emolumentos .....                                                                           | 351        |
| 2.2.    Da possibilidade de se requerer isenção de emolumentos .....                                                           | 359        |
| <b>CAPÍTULO 3. CONTRIBUINTE DO TRIBUTO – DA AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURÍDICA E JUDICIÁRIA DAS SERVENTIAS/CARTÓRIOS .....</b> | <b>365</b> |

|                                                                                                                                                                                                                                  |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CAPÍTULO 4. DOS TRIBUTOS DIRETOS .....</b>                                                                                                                                                                                    | <b>373</b> |
| <b>4.1. Imposto de Renda pessoa física .....</b>                                                                                                                                                                                 | <b>373</b> |
| <b>4.1.1. Despesas de custeio pagas, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora .....</b>                                                                                                              | <b>377</b> |
| <b>4.1.2. Da possibilidade de retificação da declaração de imposto de Renda pessoa física .....</b>                                                                                                                              | <b>381</b> |
| <b>4.2. Imposto de Renda retido na fonte .....</b>                                                                                                                                                                               | <b>388</b> |
| <b>4.3. O novo imposto incidente sobre altas rendas – Lei Federal nº 15.270/25 .....</b>                                                                                                                                         | <b>395</b> |
| <b>4.4. Da contribuição patronal devida pelos notários e registradores .....</b>                                                                                                                                                 | <b>401</b> |
| <b>4.4.1. Da discussão sobre a verba indenizatória integrar ou não a base de cálculo da contribuição previdenciária .....</b>                                                                                                    | <b>408</b> |
| <b>CAPÍTULO 5. DOS TRIBUTOS INDIRETOS .....</b>                                                                                                                                                                                  | <b>413</b> |
| <b>5.1. Implicações da reforma tributária para a atividade notarial e registral: do ISS ao IVA .....</b>                                                                                                                         | <b>413</b> |
| <b>5.1.1. Reafirmação da incidência de IBS e CBS sobre os serviços notariais e registrais: regime geral de alíquotas .....</b>                                                                                                   | <b>422</b> |
| <b>5.2. Do imposto sobre o serviço dos notários e registradores .....</b>                                                                                                                                                        | <b>427</b> |
| <b>5.2.1. Da discussão sobre a não incidência de ISS sobre valores recebidos a título de complementação da renda da serventia ou compensação de atos gratuitos – fora do conceito de remuneração pelo serviço prestado .....</b> | <b>433</b> |
| <b>5.2.2. Da discussão sobre a não incidência de ISS sobre valores atinentes a reembolsos de despesas .....</b>                                                                                                                  | <b>435</b> |
| <b>CAPÍTULO 6. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES.....</b>                                                                                                                                                 | <b>441</b> |
| <b>6.1. Da responsabilidade tributária prevista no código tributário nacional .....</b>                                                                                                                                          | <b>441</b> |
| <b>6.2. Da atividade notarial e registral e a realização de lançamentos tributários ....</b>                                                                                                                                     | <b>446</b> |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>                                                                                                                                                                                                           | <b>453</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                                                                                                                                                                          | <b>455</b> |